



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 1ª Reunião do Grupo de Trabalho RoHS Brasileira (GT-RoHS).

Local: Microsoft Teams

Data: 10 de abril de 2024

Participantes: Representantes de órgãos governamentais, entidades fabricantes de eletroeletrônicos e da sociedade civil organizada, com participação por videoconferência, conforme Lista de Presença (Anexo).

I Objetivo

A reunião teve como objetivo discutir e propor as estratégias, os arranjos institucionais e a minuta de legislação para estabelecer o controle do poder público sobre as substâncias perigosas em equipamentos eletroeletrônicos (EEE), tendo como ponto de partida a minuta já previamente preparada ao longo do GT anterior, que se reuniu em 2018.

II Atividades

1 A Diretora Geral de Qualidade Ambiental do MMA (Thaianne R. H. Fábio) realizou a abertura da reunião, informando que irá realizar a coordenação do grupo de trabalho o qual retoma as discussões na atual reunião e solicita a apresentação dos membros.

2 A coordenadora da reunião comentou que a Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) foi restituída em 2023 e seguiu por um processo de escolha das instituições governamentais. Após isso, foi realizada a primeira reunião em março de 2024 com a criação de alguns grupos de trabalho, contando com esse da RoHS Brasileira com o objetivo de criar o regulamento de controle de substâncias perigosas para equipamentos eletroeletrônicos, encaminhando ao final para o CONAMA.

3 Segue com a apresentação da pauta proposta para a reunião que se inicia com rodada de apresentações já realizada, a relatoria da reunião, o histórico do GT RoHS passando pelo GT RoHS na Conasq em 2024, a contextualizando a RoHS Europeia, as ações governamentais na temática e apresentação da proposta de normativo.

4 Referente ao grupo de trabalho, informa que tem previsão de duração de 6 meses, sendo possível prorrogar mediante justificativa à CONASQ, seu início é imediato e o formato será em videoconferência, a composição está em consulta às instituições. O cronograma estipula as reuniões em 10 de abril, 08 de maio, 05 de junho, 10 de julho, 07 de agosto e 04 de setembro.

5 Cita a atual composição do GT (Anexo) e solicita a informação dos que não estão inclusos na lista para futura inclusão. A analista ambiental do MMA (Pollyane Rezende) indica a incorporação do Ministério da Saúde e nos comentários do chat indicam a inclusão da ABRAC, Fundação Santo André, Green Eletron e a correção do MCTIC para MCTI.

6 Parte para a explicação da RoHS Europeia, uma diretiva europeia que especifica níveis máximos para 10 substâncias restritas. Apresenta as substâncias, seus usos, impactos ao meio ambiente e impactos à saúde. As onze categorias às quais são classificados os eletroeletrônicos.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

7 Demonstrando o ciclo de vida dos produtos eletrônicos, a coordenadora comenta a dedicação junto ao Ministério do Trabalho a exposição na fabricação, utilização e reciclagem dos produtos aos trabalhadores. Evidenciando que um mesmo equipamento pode conter diversas substâncias restritas da RoHS.

8 A seguir, apresenta as ações governamentais em relação às substâncias restritivas da RoHS, a IN nº 01/2010 (uma das únicas que puxa uma legislação interna) e apresenta a proposta de normativo elaborada pelo último GT, a qual estabelece restrições ao uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eletroeletrônicos comercializados no território nacional e dá outras providências, foi dividida em capítulos I, II, III, IV, V, VI e Anexo I e II.

9 Antes de iniciar o detalhamento da normativa, a coordenadora abre para comentários e dúvidas. A analista do MMA (Pollyane Rezende) compartilha no chat o link para o acesso do NIP atualizado, ao site da Convenção de Estocolmo e o Geprod do banco de dados do MMA com a versão em português (Anexo).

10 O representante da ABRAC (Marcos Zevzikovas) questiona se a abrangência da RoHS contempla equipamentos eletroeletrônicos industriais e quais os parâmetros definidos na categoria 11 que estabelece outros.

11 A coordenadora argumenta que a normativa indica as definições de equipamentos eletroeletrônicos assim como do que é considerado industrial, dessa forma, sem mais contribuições do grupo, inicia a apresentação da normativa.

12 Na apresentação indica a necessidade da alteração ao nome do Ministério, que agora deve incluir “mudança do clima”. Comenta a nova estrutura do CONAMA e o processo que percorre o regulamento: primeiro segue para admissibilidade do CIPAM, seguindo para Câmara Técnica afeta coordenada pelo Secretário Adalberto Maluf e a existência desse grupo de trabalho externo que conta com a presença e ciência de todos os atores da câmara técnica.

13 Em seguida, sugere fazer uma leitura da norma para posteriormente cada ator levá-la às suas instituições e na próxima reunião trabalharem nas propostas de melhoria.

14 A representante da ABIMED (Angélica Marques) pergunta se a norma entra em consulta pública seguindo o rito de boas práticas regulatórias. O MMA responde que todas as normas propostas ao CONAMA devem seguir esses preceitos e por isso estão elaborando a Análise Impacto Regulatório. Referente à consulta pública ainda não foi definido.

15 A ABIMED salienta o impacto internacional da publicação seguindo a OCDE. A coordenadora afirma que estão cientes e em concordância com as boas práticas e já realizam trabalhos junto a OCDE, agradecendo a proposta de alinhamento com outros países.

16 O representante do MPF (Ailton Benedito) questiona se a princípio a proposta da reunião é tomar posse das informações da proposta normativa seguida de tempo para análise interna até o próximo encontro. A coordenadora confirma e afirma que ao finalizar a reunião enviarão os documentos aos participantes que terão o prazo de um mês ou mais se necessário para oferecer os subsídios e ao todo serão 6 meses para proposta final voltar a plenária da CONASQ para aprovação da medida.

17 Dessa forma, o MPF solicita o acesso à agenda de reuniões do grupo e o MMA responde que além de adicionar as datas no chat da reunião, compromete-se a enviar por e-mail a cada



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

representante junto a ata.

18 A representante da P&D Brasil (Katty Lins) indaga se a minuta é a mesma construída em 2018 ou houve alterações e o MMA declara se tratar do mesmo documento, com alterações apenas nas ligações erradas dos incisos e redefinição dos prazos.

19 A analista do MMA (Pollyane Rezende) comenta que compartilhou o cronograma do grupo no chat e faz a leitura das datas: 10 de abril, 8 de maio, 5 de junho, 10 de julho, 7 de agosto e 4 de setembro. Segue para a leitura da normativa até o Art. 2º.

20 O representante da ANVISA (Juliano Accioly) comenta que o processo de elaboração do documento contou com uma resolução antiga que atualmente está atualizada e, dessa forma, destaca novas contribuições para subsidiar a definição de dispositivos médico eletroeletrônicos. Questiona se a intenção é realizar a leitura integral do documento e depois abrir para as contribuições e sugere o encaminhamento do documento para leitura e apontamento das alterações necessárias dando prosseguimento para a discussão das contribuições.

21 A coordenadora do grupo acata a sugestão e afirma que passará apenas pelos conceitos fundamentais como o de equipamentos eletroeletrônicos e, após isso, realizar algumas ponderações para que se observem o texto com maior cuidado.

22 Segue-se assim com a leitura do conceito de equipamentos eletroeletrônicos, respondendo ao comentário da ABRAC sobre o conceito de equipamentos industriais especificamente. Faz-se a leitura do Art. 3º dos equipamentos que não se aplicam a normativa.

23 O representante da P&D Brasil (Ronny Costa) comenta que o atual documento determina equipamentos industriais de grandes dimensões e essa dimensão foi estabelecida pela diretiva europeia, porém gostaria de compreender a implicação dos demais tamanhos. A ABRAC pontua que a definição pela tensão elétrica e exclusões torna compreensível quais equipamentos da área industrial entram.

24 A coordenadora retoma a atenção ao capítulo II, Art. 4º o qual trata a prevenção. A CBDL (Dione Wolinger) questiona se as concentrações das substâncias do ato normativo mantêm o padrão definido da RoHS europeia e o grupo confirma.

25 A representante da ANFAVEA (Scarlett Herai) pergunta se esse GT da RoHS está sendo comunicado junto ao Mover, programa novo do governo relacionado aos fabricantes de veículos que estipula a proibição de metais pesados em veículos a partir de 2032, uma vez que o GT foca nos produtos eletroeletrônicos, mas que também trata dos metais pesados. Assim gostaria de entender a articulação para que os programas sigam os mesmos critérios, isso é, tenham uma convergência de informações.

26 A coordenadora responde estar de acordo em atualizar para não ter discrepância da legislação. A ANFAVEA aponta que nesse caso dos novos veículos seria a partir de 2032, assim, possui um tempo para realizar esse trabalho.

27 Em relação aos valores determinados ao Chumbo, a coordenadora pontua que gostaria de discutir na próxima reunião, acreditando na necessidade de ser mais restritivo, uma vez que em 2018 já tinha acordado 5 anos, portanto vence esse ano.

28 A ANFAVEA interpõe afirmando que sua proposta em tratar do Mover encaminha-se para



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

alinhar os programas do governo. A representante da CETEM (Lucia Xavier) sinaliza em relação aos limites percentuais estabelecidos e relembra a discussão da reunião em 2018 endossando a importância do histórico da RoHS em cooperação com o projeto Mover. Compartilha no chat um link (Anexo) de um documento que derivou do seminário internacional de resíduo eletroeletrônico organizado em outubro de 2023 com participação ativa do MMA e mais quatro ministérios que resultaram no documento propositivo compartilhado.

29 O representante da CTI (Marcos Pimentel) pontua a ANFAVEA que a diretriz prioriza e toma cuidado com áreas de alto risco onde é usado o eletroeletrônico, a substituição do Chumbo por um mescla de outros materiais durante um longo período ficaram com dúvidas da confiabilidade da qualidade desse novo produto. No exterior já evoluiu muito essa tecnologia, mas devem ser tomadas as devidas medidas para serem exigidas a normativa no momento correto.

30 A analista do MMA comenta que uma pessoa entrou em contato, pois estava sem acesso ao chat e pergunta se mais alguém está na mesma situação. A ELETROS (Bruno Moreno) se manifesta sem acesso.

31 A coordenadora solicita atenção aos conceitos, novas atualizações, prazos, isenções e não se aplica da normativa na próxima reunião. A analista do MMA afirma realizar um relatório da presente reunião, dessa forma, coloca as informações importantes compartilhadas no chat e encaminha para acesso do grupo.

32 Nesse sentido, a coordenadora coloca que o objetivo foi apresentar a estrutura da resolução para criar padrões e atualizações e sua equipe analisará as isenções e alterações feitas, ficando responsável também pela relatoria caso estejam todos de acordo. Nenhuma abstenção do grupo.

33 O MMA (Marília Passos) sugere estabelecer prazos para o envio das sugestões, sua compilação e distribuição ao grupo de forma que na próxima reunião (08 de maio) possam abordar as contribuições propostas.

34 Assim, a coordenadora comenta que a equipe encaminhará prontamente por e-mail a minuta junto a apresentação e a ata será enviada com uma semana de antecedência do próximo encontro, considerando o tempo de elaboração. Sugere o prazo do dia 29 de abril a 01 de maio para receber as adequações do grupo.

35 O MPF comenta a preocupação com o tempo que terão de acesso a compilação de todas as sugestões para subsidiar a próxima reunião. A coordenadora reafirma a primeira proposta de até dia 29 de abril receber as sugestões e dia 1 de maio, uma semana antes, encaminha de volta o documento com todas as contribuições para que todos tenham pelo menos uma semana de análise dos documentos. Questiona a todos se assim ficou bom.

36 A P&D Brasil comenta que será um trabalho difícil, o que acredita ser viável é cada um mandar as contribuições e depois discutirem na próxima reunião e a analista responsável faz a sugestão de dar duas semanas para o envio das contribuições, então até o dia 24 de abril. Assim, até o dia 01 de maio enviará ao grupo o compilado. Com a aprovação, a analista solicita o envio das sugestões no modo revisão para o e-mail: pollyane.rezende@mma.gov.br.

37 A integrante da secretaria executiva da comissão (Marília Passos), sabendo que o envio pode não seguir um padrão definido, propõe que a equipe do MMA envie um modelo de tabela



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

indicando as colunas de artigo legal, o comentário e o novo texto. De forma a facilitar a compilação das contribuições.

38 A responsável pela compilação responde que quem se adaptar com esse formato o adote e quem por algum motivo não se adaptar, o faça pelo formato revisão. Comenta que lhe foi informado que as configurações do chat da reunião foram alteradas e pede para aqueles que estavam sem acesso conformem se estão acessando.

39 A representante da ABIMED (Angélica Marques) afirma que foi removida do chat e sugere fazer um formulário eletrônico para extrair uma planilha com todas as contribuições para facilitar.

40 Considerando além da definição do prazo, o representante da Fundação Santo André (Tasso Cipriano) questiona para a próxima reunião seria mais proveitoso concentrar esforços para discutir o escopo, isto é, o que entra e o que não entra e o mecanismo de isenções, pois é uma forma de identificar se todos os setores que estão dentro do escopo estão representados no GT.

41 Comentando a experiência com a União Europeia e do último grupo de trabalho, a coordenadora afirma que o foco será o Art.3º que trata dos equipamentos que não se aplica a normativa e o Art.º4 da prevenção.

42 O representante da ANATEL (Leonardo Marques) demonstra concordância com a colocação da Fundação Santo André de verificar se o grupo tem a representatividade de todas as entidades envolvidas na ação regulatória e pergunta se a proposta é fazer a avaliação de todo o documento ou se para essa primeira reunião concentrar nos artigos fundamentais na identificação da representatividade.

43 Com isso, a coordenadora sugere trabalhar até o artigo 5º para a próxima reunião e pergunta ao grupo se é possível assim.

44 A ANATEL retoma a proposta de fazer uma justificativa as contribuições de alterações ao texto, indicando qual o artigo, a alteração e justificativa. A coordenadora do grupo agradece o comentário e fala que estão realizando a análise de impacto regulatório e para isso é essencial a justificativa. Assim todas as contribuições devem ser bem fundamentadas.

45 A ABINEE confirma o cronograma do grupo e pergunta a data de envio da minuta. A coordenação reafirma as datas e responde que ata será enviada com uma semana de antecedência, finaliza solicitando uma foto e agradecendo a presença de todos.

III Anexos

Presentes: Thaianne Resende (MMA e coordenadora do GT); Adalberto Maluf (MMA); Ademir Brescansin (Green Eletron e ABINEE); Ailton benedito (MPF); Airton Monza (LAIF); Angélica Marques (ABIMED); Bianca D. (LABELO); Gabriela Camilo (ABINEE); Daniel Calcado (ANAC); Elaine Faquim (ABIQUIM); Bruno Moreno (ELETROS); Ellen Pozzebom (IBAMA); Franciely Lopes (IBAMA); Scarllt Herai (ANFAVEA); Herllaine Rangel (ABEMA); Ivonice Campos (MMA); Josely Chiarella (CBDL); Juliano Accioly (ANVISA); Katty Lins (RIG P&D Brasil); Lady Virginia (CETESB); Leonardo Marques (ANATEL); Lucia Xavier (CETEM); Luciene Rezende (MPT); Marcio Porto



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ

(ABILUMI); marcos Zevzikovas (ABRAC); Marcos Pimentel (CTI); Marília Passos (MMA); Marina E. (IBAMA); Neuci Bicov (Fundação Settaport); Patrícia Dias (Fundacentro); Pollyane Rezende (MMA); Rafael Martines (ANFAVEA); Renata Campos; Renata Couto (CNC); Ronny Costa (P&D Brasil); Sebastião (CTI); Tasso Cipriano (Fundação Santo André); Tatiana Furtado (ANTT); Thais Cavendish (MS); Thiago Barcante (ANATEL); Dione Wolinger (CBDL); Camila Boechat (MMA); Jofre Moraes (ABIMO); Emmanuelle Freitas (CETEM).

Atual composição na apresentação do GT: ABEMA, ABILUMI, ABIMAQ, ABIMED, ABIMO, ABINEE, ABIPLAST, ABIQUIM, ABRINQ, ABSOLAR, ANFAVEA, CETESB, ELETROS, FIOCRUZ, FUNDACNTRO, P&D, PDE, Sindipeças, MMA, MCTIC, MDIC, MPF, MPT, MRE, TEM, Ibama, ANTT, Anvisa, CBDL, CNC, Anac, Anatel, ACPO, CNI, SINPROQUIM, FSA, CRQ 1ª Região, CETEM, CTI e Labelo PUCRS.

Links compartilhados:

<https://chm.pops.int/Implementation/NIPs/NIPTransmission/tabid/253/Default.aspx>

[GEPROD - Gestão de Informações Estratégicas \(mma.gov.br\)](https://mma.gov.br/geprod)

<https://www.gov.br/cetem/pt-br/central-de-conteudos/eventos/SIREE>

Brasília, 26 de abril de 2024

GT-RoHS – Memória da 1ª Reunião.10abril2024